

# SUMÁRIO

## PARTE I – TONS E SEMITONS

### Capítulo 1

<b>BATE-PAPO DE DIREITO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>17</b>
1. Desafio .....	17
2. A cultura comum que está nos livros.....	19
3. Algumas categorias iniciais.....	21
4. Noções que inovaram .....	23
5. Soluções práticas do direito positivo.....	23
6. Ideias gerais transeuntes.....	24
7. Leis que fazem nossa cabeça .....	25
8. Ao nascer, um regime jurídico.....	26
9. Direito especial, oposto ao privado .....	28
10. Direitos legislado, acadêmico e profissional .....	28
11. Administrativistas como personagens .....	29
12. Cuidado com esses personagens! .....	30
13. O que mais há em nossas cabeças?.....	32
14. O que advogados administrativistas temem?.....	33
15. Caixa de ferramentas.....	35
16. Que normas nos importam?.....	37
17. Vem da Constituição .....	37
18. Vem dos princípios .....	38
19. Vem dos regulamentos.....	39

20. Por que divergimos sobre a legalidade? .....	41
21. Mais para cá ou para lá?.....	42
22. Variação, divergência e cultura comum.....	45

## Capítulo 2

<b>ANATOMIA SENTIMENTAL DO DIREITO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>49</b>
1. Personagens da Ordem dos Administrativistas.....	49
2. Aspirações de nobreza.....	51
3. Surpreendente diversidade.....	55
4. A mentalidade do Estado administrativo.....	57
5. Modernização autoritária .....	60
6. Ciência e direitos dos administrados .....	65
7. Deslocamentos.....	72
8. Democracia, privatização e gestão.....	77
9. Outro estilo .....	83

## Capítulo 3

<b>DIREITO ADMINISTRATIVO: ODISSEIA BRASILEIRA.....</b>	<b>87</b>
1. Autoritarismo (1964 a 1985) .....	87
2. Transição (1985 a 1994).....	91
3. Reforma (1995 a 2007).....	102
4. Desarranjo (a partir de 2008).....	110
5. Vagamundos .....	117

## Capítulo 4

<b>DIREITO ADMINISTRATIVO? O QUE SERIA? .....</b>	<b>121</b>
1. Funções da teoria .....	121
2. Práticos .....	122
3. Pensadores.....	123
4. Racionalismo sem empirismo?.....	125
5. Modelo único? .....	126
6. Invariável?.....	128

7. Ciência universal?.....	131
8. Um ramo?.....	132
9. Imutável? .....	134

## PARTE II – MIRAGENS

### Capítulo 5

<b>DIREITO ADMINISTRATIVO: O QUE NÃO É? .....</b>	<b>139</b>
1. Autonomia? .....	139
2. Um dogma?.....	141
3. O dogma e seus princípios.....	142
4. Uma oposição? .....	146
5. Uno e harmônico?.....	148
6. Das prerrogativas? .....	148
7. Sem relações horizontais? .....	150
8. Insuficiente? .....	153
9. Autoritário?.....	155
10. Invertido? .....	157
11. Critério da jurisdição? .....	158
12. Também no Brasil? .....	159
13. Guerreiro?.....	160
14. Antítese? .....	163
15. Estatista e antiliberal? .....	164
16. Qual a opção da Constituição?.....	166
17. Juristas contra a eficiência.....	170
18. E a gestão pública? .....	171
19. Juristas cordiais .....	173

### Capítulo 6

<b>FICÇÃO OU CIÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO? .....</b>	<b>177</b>
1. O princípio.....	177
2. Uma ideia .....	180

3. De ideia a ofício.....	180
4. Provérbios .....	181
5. Não é sobre princípios científicos .....	185
6. Existe um critério?.....	185
7. Princípios científicos ou retalhos? .....	187
8. Ciência ou convenção?.....	187
9. A teoria não precisa de sistema .....	190
10. Do tubo de ensaio para o mundo da ciência?.....	191
11. Do jurista intérprete para o aplicador .....	192
12. Princípios nos manuais: normas em prosa.....	193
13. Princípios do ordenamento?.....	195
14. O que fazer com eles? .....	198
15. O fim .....	199

### PARTE III – CROMATISMO

#### Capítulo 7

<b>DIREITO ADMINISTRATIVO: O QUE É?</b> .....	205
1. Desencaixado.....	205
2. Caixa de ferramentas .....	207
3. Reforço normativo ao pluralismo .....	209
4. Estatutário .....	212
5. Composição homogênea? .....	213
6. Contradição? .....	214
7. Ideia fora de lugar?.....	216
8. Comum .....	216
9. Anacronismo? .....	218
10. Confederação assimétrica .....	219
11. Global mais parcial .....	220
12. Mescla .....	221
13. Núcleo conceitual.....	224
14. Sem unificação processual.....	224

15. Sem unificação organizacional e funcional .....	225
16. Sem unificação substantiva.....	226
17. Sem padrão geral.....	227
18. Homogeneização e dispersão .....	228
19. No controle de constitucionalidade.....	229
20. Na Justiça.....	229
21. Na legislação.....	230
22. Eclético, disperso e plural.....	231

## Capítulo 8

<b>PRINCÍPIO É PREGUIÇA?</b> .....	233
1. Contra a farra dos princípios .....	233
2. Princípios: indeterminação normativa extrema .....	237
3. Como achar normas dentro de princípios?.....	238
4. Princípios que são normas principais .....	239
5. Voltando aos princípios que são normas iniciais.....	240
6. A moda dos princípios no direito público .....	243
7. Por que tanta indeterminação nos textos normativos?.....	243
8. Jogos de poder em torno de princípios .....	244
9. Princípios como armas de expertos e de preguiçosos .....	245
10. Divisão de competências para aplicar princípios .....	247
11. Nem sempre a competência é dos juízes .....	247
12. Mas cabe aos próprios juízes a autolimitação.....	248
13. Critérios jurisprudenciais restritivos e afirmativos da competência judicial .....	249
14. A competência judicial para criar soluções usando princípios não se presume.....	251
15. Uma peculiaridade dos conflitos do mundo privado.....	252
16. Conflitos do mundo público envolvem relações institucionais.....	253
17. A máquina administrativa também tem qualidades para operar o Direito.....	254
18. Os juízes têm o ônus de fundamentar sua competência .....	255
19. O poder que a lei delega ao juiz e o poder que o juiz quer tomar do legislador.....	255

20. O ônus da competência nos conflitos distributivos.....	256
21. Caso em que o Judiciário é especialmente responsável.....	257
22. Atenção: normas judiciais podem não ser fáceis de mudar .....	258
23. Usando princípios para julgar nas nuvens.....	260
24. Usando princípios para não decidir ou não motivar.....	262
25. Usando bons princípios para ignorar a lei .....	264
26. Os juízes têm o ônus do regulador .....	265
27. Controles públicos precisam de limites.....	266

## Capítulo 9

<b>ADMINISTRAR É CRIAR?.....</b>	<b>269</b>
1. Serão as leis a alma do direito administrativo?.....	269
2. As administrações não são braços mecânicos do legislador .....	273
3. Por que a ideia do braço mecânico ainda é forte no Brasil?.....	275
4. As leis não são a única fonte do direito administrativo.....	279
5. As administrações também se tornaram fonte de normas .....	281
6. A ação normativa das administrações é compatível com o Estado de Direito.....	282
7. A ação normativa do Estado está se aprofundando .....	284
8. Não está havendo deslegalização .....	286
9. Está havendo uma intensificação normativa .....	287
10. Cresceu a interação do Executivo com o Legislativo.....	289
11. Estamos na era da concorrência normativa .....	290
12. No que tudo isso afeta os administrativistas?.....	291
13. Graus de vinculação administrativa ao legislador .....	291
14. Primazia da lei .....	292
15. Genérica dependência de lei para as administrações .....	293
16. Reservas específicas de lei .....	295
17. Adequação entre leis e normas administrativas.....	297
18. Que modalidade de norma legal pode habilitar o regulamento?.....	298
19. Regulamento como condição de aplicabilidade da lei? .....	299
20. Dever regulamentar .....	300
21. Cada norma regulamentar em sua individualidade.....	301
22. O poder de legislar é delegável ao regulamento? .....	302

23. A lei pode autorizar regulamentos?.....	303
24. Regulamentos executivos x regulamentos autorizados.....	304
25. Qual é o mínimo de conteúdo para a lei ser suficiente?.....	305
26. O debate sobre a constitucionalidade dos regulamentos autorizados .....	311
27. Regulamentos autorizados legitimados pela experiência .....	313
28. Mas é preciso defender também o espaço da lei .....	315
29. Conclusão.....	316

## Capítulo 10

<b>COMO O PROCESSO ENTROU NO DIREITO ADMINISTRATIVO? .....</b>	<b>319</b>
1. Engrenagens do modelo brasileiro.....	319
2. Diferentes soluções de engenharia normativa.....	320
3. Opção pelo minimalismo.....	323
4. Os porquês da opção legal brasileira.....	325
5. O impulso que gerou as leis brasileiras.....	327
6. Peculiaridade brasileira na legislação contenciosa.....	328
7. Desenvolvimento institucional e leis de processo .....	330
8. Para quê discutir conceitos de processo? .....	332
9. Questões terminológicas: processo ou procedimento?.....	332
10. O legislador brasileiro fugiu dos conceitos .....	334
11. Para que classificar tipos de processo? .....	335
12. O caso dos processos sancionadores .....	336
13. O caso dos processos competitivos .....	338
14. O caso dos processos normativos.....	338
15. Conclusão.....	339

## PARTE IV – HORIZONTES

### Capítulo 11

<b>ADMINISTRAÇÕES E CONTROLES: UM NOVO EQUILÍBRIO?.....</b>	<b>343</b>
1. Introdução.....	343
2. Lendo leis de outro modo.....	346

3. O interesse público nas mãos das administrações .....	349
4. A autoridade administrativa na Justiça .....	352
5. O interesse público nas mãos da Justiça e de quem acusa .....	360
6. Conclusão: um direito mais que administrativo? .....	366

## Capítulo 12

<b>DIREITO ADMINISTRATIVO: O QUE HÁ DE SER? .....</b>	<b>367</b>
1. Captar o novo .....	367
2. Reformas possíveis .....	369
3. <i>Clips, clics</i> e negócios públicos .....	373
4. Semipublicismos .....	375
5. O polipublicismo .....	379
6. O hipo-administrativismo .....	382